

Petebista proporá viagem aos estados

Roland Marinho Sierra
Especial para o JBr

São Paulo — O deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), membro da Comissão do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, afirmou ontem ser favorável à autorização para que as comissões que vão escrever a nova Constituição possam viajar por todo o País, tornando-se assim comissões itinerantes, sem prejuízo dos trabalhos no próprio Congresso.

Parlamentar de primeiro mandato, o deputado petebista mostra-se surpreso com o que qualifica como "isolamento de Brasília em relação ao País". "É preciso, disse ele em São Paulo, que os constituintes vejam e ouçam o que se passa em cada região, em cada estado. Os problemas do Sul são totalmente diferentes dos do Norte, os dos grandes centros urbanos são diversos dos problemas do interior. Cada região do Brasil tem sua própria peculiaridade, que deve estar refletida de alguma forma na Constituição que será feita por nós".

Acrescentou que há mais de uma emenda nesse sentido e ele será um dos defensores durante a votação do regimento definitivo em plenário, entendendo que o Governo e os políticos, em Brasília, recebem informações de segunda mão, em muitos e importantes casos.

Defensor também de doze comissões e não apenas das cinco previstas no regimento provisório, Arnaldo Faria de Sá afirma que grupos de cada uma dessas comissões podem se deslocar para outras regiões sem prejudicar o andamento do trabalho de elaboração da Constituição.

Aprovação

Apesar do grande número de emendas apresentadas à comissão de que faz parte, o deputado paulista afirma que até a próxima quinta-feira o projeto definitivo estará formalizado e entregue ao presidente Ulysses Guimarães, passando à fase de discussão e votação. Assim, até o final deste mês o regimento estará aprovado e a Constituinte passará imediatamente à sua função básica. Mesmo assim à seu ver a data de 7 de setembro, lembrada pelo deputado Ulysses Guimarães para a promulgação da nova Carta, é temerária; em princípio, a promulgação deve ocorrer em novembro. E mesmo assim precedida por um referendo popular.

Com relação ao excesso de emendas recolhidas até anteontem pela comissão, Faria de Sá não vê razão para preocupações com a data final de preparação do regimento definitivo, na forma de substitutivo (a cargo do senador Fernando Henrique Cardoso), pois "o esboço do regimento provisório não tinha o compromisso de qualquer das lideranças com o conteúdo e sabíamos, portanto, que o número de propostas seria grande, por volta de setecentas. Ocorre que muitas são repetitivas e outras não dizem respeito ao regimento sim à própria essência da Constituição, como a que permite resoluções constitucionais ou a que pretende fixar o mandato do atual presidente da República".

Entende ainda o parlamentar paulista que o prolongamento do quadro de dificuldades econômicas e sociais pode prejudicar intensamente o trabalho Constituinte, pois seria o mesmo que "construir um edifício sobre um terreno pantanoso". E faz uma previsão não muito otimista:

"Se o presidente da República não conjurar a atual crise econômica e social até meados do ano, a Constituinte poderá caminhar para a redução do tempo de seu mandato, a meu ver até convocando eleições diretas para 1988. Atualmente, a tendência para essa redução não tem o apoio da maioria, mas pode reverter se o quadro crítico não for superado".